

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1008965-42.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação**  
 Requerente: **H7 Água Mineral Eireli**  
 Requerido: **Mundial Pet Reciclagem Ltda Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

**VISTOS**

**H7 ÁGUA MINERAL EIRELI** ajuizou **AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA c.c ANULAÇÃO DE DUPLICATA c.c. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS c.c ANTECIPAÇÃO DA TUTELA** em face de **MUNDIAL PET RECICLAGEM LTDA ME.**, todos devidamente qualificados.

A requerente informa que tomou conhecimento da existência de título protestado (DM nº 27) enviado a Cartório pela requerida, mas com ela nunca realizou negócios. Trata-se de uma duplicata mercantil, sem aceite, sem recebimento de mercadorias. Requereu o deferimento liminar determinando a suspensão do protesto do título referente a presente demanda e a procedência da demanda declarando a inexistência da relação jurídica com consequente anulação da cártula e do protesto, condenando a requerida ao pagamento de indenização a título de danos morais. A inicial veio instruída por documentos às fls. 24/30.

À fls. 31 deferida antecipação de tutela e expedido ofício ao 2º Cartório de Protesto.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Devidamente citada a empresa requerida apresentou contestação alegando que houve sim um negócio entre as partes e que ela, ora contestante, entregaria as mercadorias por etapa. A pedido da requerente parcelou tais compras devido ao pagamento de impostos antes da emissão da NF. No mais rebateu a inicial e requereu a improcedência da mesma.

Sobreveio réplica às fls. 80/89.

As partes foram instadas a produção de provas à fls. 90. A requerida solicitou prova oral à fls. 97 e a requerente não se manifestou quanto a produção de provas.

**É o relatório.**

**DECIDO** antecipadamente por entender completa a cognição e por entender que a prova oral solicitada é descabida para a finalidade almejada pela ré.

A ré apresentou ao 2º Cartório de Protesto de Letras e Títulos de São Carlos a duplicata mercantil de nº 27 por falta de pagamento.

O protesto acabou se concretizando em 29/07/2016.

Trata-se de título causal e, por consequência, sua emissão está condicionada a efetiva prestação de um serviço ou à entrega da mercadoria, sob pena de nulidade.

A negociação que a ré afirma ter mantido com a autora não está provada nos autos.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Os e-mails trazidos a fls. 108/122 indicam que a ré teria negociado com a empresa SR Embalagem e não com a autora. Ela, “SR”, inclusive, assumiu expressamente a responsabilidade pelo pagamento (v. fls. 57).

Os documentos referidos não contêm assinatura dos representantes da autora.

A titular da autora na JUCESP é IVONE FACHINI UNGARETTI (fls. 123) ao passo que o titular da “SR” é Pedro Sidnei Ungaretti (v. fls. 125/126). Uma empresa é sediada em Analândia e a outra em Hortolândia.

A duplicata mercantil foi emitida em razão da compra de plástico pela empresa “SR”. A fls. 46, quinto parágrafo, a ré confessa expressamente que toda a negociação foi feita pela Sra Raquel Galdino Teixeira, do setor administrativo da SR EMBALAGENS.

O agir da ré soa como *venire contra factum proprium*, princípio que veda o comportamento contraditório e visa a proteger a confiança nas relações pessoais.

A situação examinada, flagrantemente irregular, **representa, em si, dano moral, desnecessária qualquer prova específica sobre a efetiva causação do dano;** em outras palavras, verificada a situação, o dano se concretiza “in re ipsa”.

Nesse sentido os argumentos lançados pelo emitente Des. Campos Mello, na Apelação nº 4002813-16.2013./26.0344, cuja reprodução total me parece desnecessária, mas pequeno trecho é pertinente.

No caso de anotação indevida em cadastros de inadimplentes, nem há necessidade de prova do dano


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

extrapatrimonial, que é presumido, tanto quanto é presumido o dano decorrente de protesto indevido, já que é notório que independe de prova que isso ocasiona transtornos na vida social.

O que se busca, como anota WINDSCHEID é **“compensar a sensação de dor da vítima com uma sensação agradável em contrário”** (nota 31, parágrafo 455, das PENDETTO, traduzidas por Fadda e Bensa, com destaques deste julgador).

O *quantum* deve ser capaz de “anestesiá-lo” o sofrimento carregado, sem, todavia, significar enriquecimento desproporcional e, portanto, sem causa.

Visa, também, **considerar o causador**, trazendo-lhe impacto bastante para dissuadí-lo de praticar novo ato nocivo.

De todos os critérios preconizados nos pretórios, tenho que o mais viável – porque evita a adoção de fórmulas mágicas que muitas vezes podem se perder no vazio – é a aplicação do denominado “critério prudencial”, referido na RT 650/63.

Atento a tais parâmetros, e levando em conta as regras de experiência comum, arbitro a indenização no valor equivalente a R\$ 5.000,00.

Assim, o veredicto respeitará o duplo aspecto que se busca com a reparação do menoscabo moral, ocasionado, saliente-se, tanto pela negativação do nome do autor junto aos órgãos de proteção ao crédito como em decorrência dos dissabores causados.

É o que fica decidido.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

\*\*\*\*

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pleito inicial para o fim de DECLARAR INEXIGÍVEL a duplicata mercantil nº 27 e CONDENAR a requerida, MUNDIAL PET RECICLAGEM LTDA ME, a pagar à autora, H7 ÁGUA MINERAL EIRELI, a quantia de R\$ 5.000,00 – cinco mil reais - a título de danos morais, com correção monetária a contar da publicação da presente e juros de mora a contar do ilícito (18/07/2016).

Torno definitiva a liminar concedida a fls. 31. Oficie-se para exclusão do protesto de forma definitiva.

Sucumbente, arcará a requerida com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% do valor da condenação.

Transitada em julgado esta decisão, caberá ao vencedor iniciar o cumprimento de sentença fazendo o requerimento necessário nos termos do artigo 523 e ss do CPC.

P.R.I.

São Carlos, 18 de setembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**